

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.338 - MS (2019/0270794-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **AMBEV S.A**
ADVOGADOS : **ROGÉRIO DE MENEZES CORIGLIANO - SP139495**
SIDNEI AGOSTINHO BENETI FILHO - SP147283
ALINE CRISTINA DE MIRANDA - SP183285
VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - DF019680
AGRAVANTE : **VIACAMPUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**
ADVOGADOS : **LUIS MARCELO BENITES GIUMMARRESI - MS005119**
JACKELINE ALMEIDA DORVAL CÂNDIA - MS012089
MANOEL AUGUSTO MARTINS DE ALMEIDA - MS012588
GIUMMARRESI, DORVAL E MARTINS DE ALMEIDA ADVOGADOS
ASSOCIADOS - MS000160
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por VIACAMPUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS PARA COMPENSAÇÃO COM A ENTREGA DE MILHO EM OUTRA AVENÇA – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CAUTELAR PELA AUTORA – AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL - AFASTADA – LIMINAR NÃO CUMPRIDA - AUTORA ENTREGOU PRODUTO E NÃO RECEBEU A CONTRAPRESTAÇÃO (MILHO) – OBRIGAÇÃO CONTRATUAL DA REQUERIDA QUANTO AO PAGAMENTO DE VALORES – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Ainda que a autora tenha ajuizado ação cautelar visando receber o milho que adquiriu de terceira e se comprometeu a pagar com a entrega de fertilizantes à requerida, diante da negativa de cumprimento da liminar para entrega do milho, bem como ação principal com objeto diverso desta ação, não vejo colisão de interesses da autora, remanescendo hígido o objetivo com a presente lide. 2. Restou incontroverso que a autora cumpriu sua parte na avença com a entrega do fertilizante contratado à requerida, porém afirma que não recebeu o milho correspondente e assim pretende ver compelida a Via Campus a lhe pagar o valor correspondente, conforme disposição contratual. 3. Em que pese a requerida afirmar que, segundo disposição contratual, a responsabilidade não seria sua, não lhe assiste razão, pois de acordo com o contrato compete a ela o pagamento do valor respectivo, caso não haja a compensação pactuada. 4. Portanto, deve a requerida/apelante responder pela dívida cobrada pela ora apelante e, se for o caso, promover o acerto de contas com a terceira Geneall

Armazéns Gerais Ltda – Geneall, conforme responsabilidade assumida por esta no parágrafo único do item 3 do contrato.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 725/730), aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 17, inciso XI, 337 e 485, inciso VI, do CPC de 2015.

Alega, em síntese, que "é necessário existir legitimidade para a parte ilegítima para responder judicial determinado pleito e, evidentemente, não se pode ajuizar duas ações contra duas partes diferentes, querendo o mesmo pedido".

E continua:

No caso específico, tem-se que a recorrida possui uma ação cautelar para entrega do milho contra a empresa Geneall Armazéns Gerais Ltda e, ao mesmo tempo, ajuizou ação de cobrança contra a recorrente. Veja-se, portanto, que a recorrida pretende o recebimento do milho (objeto do contrato) da Geneall e da cobrança do valor integral do milho da recorrida.

[...].

Diante do exposto, claramente se verifica que a recorrida já está pleiteando a satisfação da obrigação ora cobrada através da ação cautelar, que está pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça, motivo pelo qual inexistente interesse de agir por parte da recorrida perante a recorrente.

É o relatório. DECIDO.

2. Ao apreciar a controvérsia, o Tribunal de origem assim consignou:

Extrai-se dos autos que em 19/07/2010 a autora firmou dois contratos, o primeiro com a Geneal, para aquisição de 14.000 toneladas de milho, e o segundo com as empresas Geneal e Via Campus para pagamento de parte do milho com a entrega de fertilizantes à Via Campus e assim compensar referido valor, sendo a Via Campus pertencente ao mesmo grupo econômico que a Geneal e tendo atuado como interveniente.

Restou incontroverso que a autora cumpriu sua parte na avença com a entrega do fertilizante contratado à requerida, porém afirma que não recebeu o milho correspondente e assim pretende ver compelida a Via Campus a lhe pagar o valor correspondente, conforme disposição contratual.

No que pertine à preliminar de falta de interesse processual em razão da autora ter ajuizado ação cautelar, com vistas a receber o milho adquirido, tenho que a sentença não merece reforma.

As partes não trouxeram aos autos a petição inicial da ação cautelar, porém, consoante descrito pela autora/apelada, embora tenha sido concedida liminar, esta não foi cumprida, havendo o prosseguimento da ação apenas para recebimento da multa pelo descumprimento, a qual cessou com o ajuizamento da ação principal.

A apelada apresentou cópia da petição inicial relativa à ação principal ajuizada por dependência à cautelar (f. 413/424), na qual é possível

verificar que pleiteia rescisão contratual; indenização por perdas e danos decorrente da diferença de valores pagos na aquisição do milho que contratou com a requerida por força na ausência de entrega no prazo contratado, além da condenação da requerida no pagamento de multa de 20% sobre o valor do contrato.

Embora a apelante alegue que se trata de outra ação e não da principal decorrente da cautelar, não comprovou sua afirmativa, sendo certo que na peça apresentada pela apelada consta expressamente a distribuição por dependência à cautelar no juízo da Capital do Estado de São Paulo.

Nesses termos, diante da negativa de cumprimento da liminar concedida na ação cautelar para entrega do milho, bem como ação principal com objeto diverso desta ação, não vejo colisão de interesses da autora, remanescendo hígido o objetivo com a presente lide.

No mais, há de se ressaltar que não merece acolhimento a alegação da apelante de que a obrigação de pagar a dívida ora cobrada é da Geneall Armazéns Gerais Ltda–Geneall, nos termos do disposto no parágrafo único da cláusula 3 do contrato firmado entre as partes e a interveniente Via Campus.

Com efeito, consoante se infere do contrato firmado entre as três empresas(f. 76/78), este traz as seguintes disposições:

[...].

Assim, a controvérsia gira em torno da interpretação a ser dada ao item 2.2.1 e ao parágrafo único do item 3, do contrato, para fins de definir se a obrigação de pagar a dívida ora cobrada é da requerida Via Campus ou da Geneall Armazéns Gerais Ltda–Geneall.

Inicialmente, importante observar que o contrato firmado entre as três empresas tem por objeto o fornecimento de produto pela Ambev à Via Campus para utilização nas suas áreas de originação e plantio de milho, cujo pagamento, segundo ficou estabelecido, dar-se-á através da compensação de valores quanto ao recebimento do milho pela autora no contrato de fornecimento.

E, de acordo com o item 2.2.1., se não houve a compensação de valores, a Interveniente-Anuente, ou seja, a Via Campus, procederá ao pagamento dos valores devidos até 31/05/2011.

Disso decorre que a obrigação pelo pagamento da dívida ora em debate é da requerida Via Campus, a qual recebeu o fertilizante da parte autora e não fez a devida compensação com a entrega do milho, devendo, por isso, pagar o valor correspondente.

De outro norte, o parágrafo único do item 3 estabelece obrigação entre a Geneall (fornecedora) e a interveniente Via Campus, na medida em que aquela responsabiliza-se por eventuais débitos com esta última decorrentes do referido contrato.

Nessa esteira de raciocínio, cai por terra a tese da apelante ao tentar se eximir da obrigação de pagamento do valor correspondente ao fertilizante que recebeu da parte autora.

Portanto, deve a requerida/apelante responder pela dívida cobrada pela ora apelante e, se for o caso, promover o acerto de contas com a Geneall Armazéns Gerais Ltda–Geneall, conforme responsabilidade assumida por esta no parágrafo único do item 3 do contrato.

2.1. Nota-se que o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a parte recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

2.2. Ainda que assim não fosse, o acolhimento da pretensão recursal, a fim de verificar as alegações da parte agravante, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, providências essas vedadas pela incidência das Súmulas n. 5/STJ e n. 7/STJ.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do Resp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo de VIACAMPUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA..

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator